

APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL DO CICLO I DO ENSINO FUNDAMENTAL: O DESEMPENHO EM LEITURA E ESCRITA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Anna Augusta Sampaio de Oliveira¹

Resumo

A questão da avaliação na área da deficiência intelectual, numa perspectiva inclusiva, ainda é tema pouco explorado na pesquisa e na prática educacional. Assim, foi desenvolvido junto a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, um projeto para a elaboração de um Referencial de Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Deficiência Intelectual, com o objetivo construir um instrumento de avaliação, com diferentes indicadores curriculares, considerando as áreas do desenvolvimento e do currículo em diferentes momentos do ano letivo e que fosse capaz de avaliar não apenas as condições individuais dos alunos, mas também e essencialmente suas possibilidades de acesso ao currículo e, ainda mais, as adequações realizadas pelos sistemas de ensino, capazes de serem propiciadoras de sua aprendizagem e de seu desenvolvimento. O projeto previa ações em dois eixos de atuação: (1) Formação para formadores (assessoria presencial e à distância com elaboração de pautas detalhadas para o trabalho junto às escolas) e (2) Aplicação e Acompanhamento do Instrumento (análise e encaminhamentos que apontem o que será necessário para modificar a realidade). Aqui será apresentados os dados relacionadas à formação dos professores e do desempenho na área da escrita e da leitura de alunos com deficiência intelectual do ciclo I do ensino fundamental. Os resultados indicam a abordagem piramidal como estratégia de formação de professores e, em relação à aprendizagem dos alunos suas competências são melhores em leitura e apresentam melhoras no percurso do ciclo I do ensino fundamental.

Palavras-chave

Avaliação da leitura e da escrita; deficiência intelectual; formação de professores; inclusão escolar.

Abstract

The issue of evaluation in the field of intellectual disabilities, an inclusive perspective, it is still relatively unexplored subject in research and educational practice. Thus, it was developed with the Municipal Education of Sao Paulo, a project for the development of a Referential Learning Assessment of Students with Intellectual Disabilities, in order to build an assessment tool, with different indicators curriculum, considering the areas of and curriculum development at different times of the year and be able to evaluate not only the conditions of individual students, but also and essentially their access to the curriculum and, further, the adjustments made by school systems, capable of being conducive to their learning and development. The project included shares in two axes: (1) Training for trainers (advisory presence and distance with the preparation of detailed guidelines to work with the schools) and (2) Implementation and Monitoring Instrument (analysis and referrals to point the it will be necessary to change the reality). Here the data will be presented related to teacher training and performance in the area of reading and writing of students with intellectual disabilities a cycle of basic education. The results suggest the pyramid approach as a strategy for teacher training and in relation to students' learning skills are better in reading and feature improvements in the course of the first cycle of elementary school.

Keywords

Evaluation of reading and writing; intellectual disabilities; training of teachers; school inclusion.

1 - Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus de Marília, SP. Financiamento: CNPq.

A prática pedagógica em sala de aula e a avaliação da aprendizagem sempre foram temas recorrentes nos estudos em educação. Contamos com uma vasta literatura que discute os aspectos epistemológicos que sustentam a prática pedagógica, inclusive o processo de avaliação, a formação do professor, seus conhecimentos, suas representações, o papel da escola, como também a ideologia subjacente ao processo educacional.

A própria discussão sobre a operacionalização de uma educação inclusiva confere igualmente um lugar de destaque à avaliação pedagógica e traz implicações importantes para a ação do professor. Mais do que conhecer as patologias dos alunos e os limites de seu desenvolvimento, o processo de inclusão enfatiza suas condições de aprendizagem e o seu nível de competência curricular. (OLIVEIRA, 2002)

Nesse sentido, atendo a uma solicitação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, foi desenvolvido um projeto para a elaboração de um Referencial de Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Deficiência Intelectual, com o objetivo construir um instrumento de avaliação, com diferentes indicadores curriculares, considerando as áreas do desenvolvimento e do currículo em diferentes momentos do ano letivo e que fosse capaz de avaliar não apenas as condições individuais dos alunos, mas também e essencialmente suas possibilidades de acesso ao currículo e, ainda mais, as adequações realizadas pelos sistemas de ensino, capazes de serem propiciadoras de sua aprendizagem e de seu desenvolvimento

O projeto previa ações em dois eixos de atuação: (1) Formação para formadores (assessoria presencial e à distância com elaboração de pautas detalhadas para o trabalho junto às escolas) e (2) Aplicação e Acompanhamento do Instrumento (análise e encaminhamentos que apontem o que será necessário para modificar a realidade) .

Após a elaboração do Referencial de Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Deficiência Intelectual (RAADI) em 2008 foi realizado um projeto piloto (OLIVEIRA, 2010) e nos anos de 2009 e 2010, aplicação do material nas escolas da rede municipal de ensino, através da avaliação realizada pelo professor da classe comum, com formação e orientação

do professor especialista, os quais foram formados pela pesquisadora numa abordagem de formação piramidal: foram formados e atuavam como multiplicadores em suas escolas. Foram realizadas 4 avaliações, sendo que em 2009 foram avaliados 1174 alunos numa 1ª avaliação e, em 2010, a 2322 alunos avaliados do 2ª ao 5º ano do Ensino Fundamental, conforme apresentação na tabela a seguir.

REGIÕES	Nº de Alunos			
	2009		2010	
	1ª av.	2ª av.	3ª av.	4ª av.
Região 1	255	327	322	426
Região 2	168	183	172	158
Região 3	5	0	51	80
Região 4	147	201	254	257
Região 5	74	77	145	164
Região 6	178	213	204	314
Região 7	0	0	66	129
Região 8	10	7	38	60
Região 9	53	120	165	174
Região 10	0	0	0	71
Região 11	165	224	236	240
Região 12	119	123	79	207
Região 13	50	73	46	42
TOTAL	1174	1548	1778	2322

Tabela 1: nº de alunos avaliados de 2009 a 2010 por região educacional da rede municipal de São Paulo

Os alunos foram avaliados nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências e Natureza. Também, como proposta e princípio de avaliação na perspectiva da inclusão escolar foram realizadas avaliação descritiva da Instituição escolar e da sala de aula.

Em 2009 e 2010 realizamos, no município de São Paulo, uma proposta de formação piramidal que desse subsídio para a aplicação do RAADI nas escolas municipais paulistas. Assim, foram capacitados todos os professores vinculados aos Serviços de Educação Especial, perfazendo um total de 220 profissionais e os mesmos foram responsáveis pela capacitação dos professores das escolas, através de planejamentos estratégicos de formação nas 13 Diretorias Regionais de São Paulo.

É importante informar que os Serviços de Educação Especial da rede municipal de Educação de São Paulo são compostos pelo Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão - CEFAl, pelo Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - PAAI, pela Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - SAAI. Os CEFAl são parte integrante de cada Diretoria Regional de Educação e atua como um órgão de orientação e articulação entre as escolas de sua região e a Diretoria de Orientações Técnicas de Educação Especial, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sendo composto por um coordenador e pelos Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI) que realizam um trabalho de itinerante, de contato direto com as escolas e os professores regentes das Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI) (SÃO PAULO, 2004)

Então, considerando-se a organização dos Serviços de Educação Especial, na formação piramidal, com o objetivo de capacitá-los para atuação junto ao Referencial de Avaliação da Aprendizagem na Área da Deficiência Intelectual (RAADI), foram 4 grupos de 49 componentes e mais a participação da equipe da Diretoria de Orientações Técnicas – Educação Especial (DOT-EE), perfazendo um total de 55 participantes por grupo, sendo 40 professores regentes das salas de apoio e acompanhamento à inclusão (SAAI), 7 Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI), 2 coordenadores do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAl) e 6 componentes da Diretoria de Orientações Técnicas de Educação Especial (DOT-EE). Os encontros presenciais ocorreram na Secretaria Municipal de Educação, no período de maio a dezembro de 2009. Das 128 horas, 96 foram presenciais e 32 horas à distância, através do atendimento e orientações

on-line aos professores vinculados ao curso. Também foram desenvolvidas 120 horas de monitoramento e gerenciamento dos dados de avaliação provenientes do Referencial de Avaliação da Aprendizagem na Área da Deficiência Intelectual (RAADI).

Nos encontros presenciais nos focamos fortemente em toda a análise do Referencial de Avaliação da Aprendizagem na Área da Deficiência Intelectual (RAADI), realizando uma revisão geral do documento: seus aspectos teóricos, objetivos, proposta e análise das planilhas discutindo a especificidades de cada série escolar – do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e de cada componente curricular. Também foram discutidas, elaboradas e preparadas coletivamente as pautas da formação de professores a ser realizada nas escolas pelos professores regentes de SAAI, com apoio dos Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI) e coordenadores dos Centro de Formação e Apoio à Inclusão (CEFAIS) e definição de cronograma e carga horária de cada região.

A equipe também foi preparada para a aplicação do referencial de avaliação nas escolas, sob supervisão dos professores regentes de SAAI, com apoio dos Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI). Foram orientados em como realizar a avaliação dos alunos com deficiência intelectual, através do Referencial de Avaliação da Aprendizagem na Área da Deficiência Intelectual (RAADI) procedimentos de registros dos dados de avaliação, para posterior construção dos mapas de aprendizagem de cada aluno avaliado, o que possibilitará o acompanhamento ao aluno durante todo o ano escolar.

Nas atividades à distância, perfazendo 32 horas, a proposta foi a de realizar um acompanhamento da preparação e execução da formação dos professores, e das aplicações nas escolas – discussão e análise do processo de avaliação e dos procedimentos realizados pelas escolas, dificuldades enfrentadas pelos professores, análise do envolvimento da gestão de cada escola, compartilhamento de experiências. Também mantivemos um Plantão de dúvidas – estabelecemos uma agenda de plantão, quando, então, ficávamos à disposição para atendimento à equipe para esclarecimento de suas dúvidas e monitoramento

de suas dificuldades. As dúvidas eram organizadas em arquivos, os quais eram, posteriormente, enviados por email para todos os componentes do grupo.

As atividades de gerenciamento de dados, de 120 horas de atuação, foram realizadas para organização, elaboração, tabulação e gerenciamento dos dados gerais de todas as escolas envolvidas no projeto e organização de um Banco de Dados para posterior análise qualitativa de todo o processo de aplicação. A análise tem sido realizada considerando-se o mapa geral de aprendizagem por ano escolar, região e componente curricular. São avaliados tanto o potencial de aprendizagem desses alunos e sua evolução no decorrer do ano escolar, como também a exequibilidade do RAADI, os possíveis ajustes, os procedimentos de aplicação, a formação dos formadores e a formação dos professores. Todas essas atividades ficaram sob nossa responsabilidade direta e contamos com a colaboração de um especialista no Programa EpiInfo e digitadores para alimentação do programa e posterior cruzamento e análise dos dados.

Em 2009, no processo de formação nas escolas e nas Diretorias Regionais de Educação, foram envolvidos aproximadamente 1200 professores, de 235 escolas do ciclo 1 do Ensino Fundamental para início da aplicação e utilização do RAADI para avaliar o nível de competência curricular dos alunos com deficiência intelectual, inseridos nas classes comuns. As avaliações foram monitoradas e acompanhadas por toda equipe de Educação Especial, sendo que cada região organizou de forma específica o processo de acompanhamento e formação dos professores. Foram avaliados os seguintes aspectos:

1. A instituição escolar: 1) conhecimento prévio sobre o aluno: aspectos conhecidos pela escola e os dados que a escola precisa saber; 2) definição das necessidades específicas do aluno: recursos materiais e humanos e; 3) definição do cronograma das ações
2. A ação pedagógica: a análise do contexto de aprendizagem: a sala de aula, os recursos de ensino e aprendizagem e as estratégias metodológicas

3. Análise do desenvolvimento e da aprendizagem
 - 3.1. Áreas do desenvolvimento: percepção, motricidade, desenvolvimento verbal, áreas memmônicas, desenvolvimento socio-emocional
 - 3.2. Áreas Curriculares
 - 3.2.1. Língua Portuguesa: leitura, escrita análise da (1º e 2º anos) ou padrões de escrita (3º ao 5º anos)
 - 3.2.2. Matemática: número, operações, espaços e formas, grandezas e medidas, tratamento da informação (1º ao 3º anos escolares)
 - 3.2.3. Natureza e Sociedade: ciências, história, geografia
 - 3.2.4. Artes e Educação Física

A avaliação curricular está sendo realizada semestralmente e o professor anota a condição do aluno em cada uma das expectativas, utilizando-se para isto do seguinte código: RS – realiza satisfatoriamente, RP – realiza parcialmente; CA – realiza com ajuda; NAA – conteúdo não apresentado ao aluno; NAG – conteúdo não apresentado ao grupo e NR – não realiza.

Em 2009, foram avaliados 1280 alunos na 1ª avaliação e 912 na 2ª, com alguma variação dependendo da área curricular avaliada, conforme gráfico abaixo:

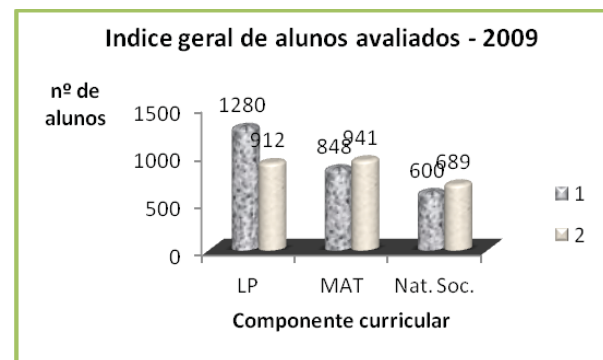


Figura1: Índice geral de alunos avaliados em 2009

Essa variação entre a 1ª e 2ª avaliação ocorre por diferentes fatores, desde a abrangência da formação e acompanhamento de cada região, mobilidade dos alunos e de professores, possibilidades oferecidas pela gestão escolar, entre outros. Em 2010 também foram realizadas duas avaliações, uma por semestre e temos observado um avanço na abrangência e na compreensão dos professores e da rede municipal de ensino sobre a importância do uso do referencial.

Em 2010 mantivemos a participação de 196 professores especialistas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e 6 componentes da equipe da Diretoria de Orientações Técnicas – Educação Especial – DOT-EE, perfazendo um total de 202 participantes². Para execução do projeto foram envolvidas as 13 regiões educacionais de São Paulo, 240 escolas do Ensino fundamental – ciclo I e foram avaliados 2233 alunos com deficiência intelectual, do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, no componente curricular de Língua Portuguesa.

No que se refere às atividades de formação, em 2010, cada grupo recebeu 24 horas de curso presencial e em relação à assessoria pedagógica, contou com 64 horas de atividades, sendo 32 horas presenciais de acompanhamento do processo de formação e da aplicação do RAADI nas regiões e nas 240 escolas e, 32 horas de atividades on-line, perfazendo um total de 88 horas de formação para cada grupo.

O conteúdo do curso presencial versou sobre os pontos destacados no próprio RAADI e tratou dos seguintes tópicos: 1) Conceito e concepção de Deficiência Intelectual: o sistema 2002 (CARVALHO e MACIEL, 2003; AAMR,2006;ANACHE e MARTINEZ, 2007; OLIVEIRA, 2009); 2) As implicações da Teoria Histórico-cultural para a área da deficiência intelectual (VYGOTSKY, 1997); 3) Projeto Político-pedagógico; 4) Avaliação pedagógica: revendo conceitos e concepções (GONZÁLEZ, 2002; HOFFMAN,2009); 5) RAADI: embasamento filosófico, fundamentos teóricos e aplicação (SME, 2008; OLIVEIRA, 2010; 6) gerenciamento dos dados da avaliação.

Nas atividades presenciais de assessoria pedagógica foi realizado um processo de acompanhamento da formação e aplicação na rede de ensino, e contemplados os seguintes assuntos: 1) revisão geral do RAADI: aspectos teóricos, objetivos, proposta, planilhas; 2) Análise das planilhas do Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual: especificidades de cada série escolar – do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental; 3) Preparação da capacitação para os professores do Ensino fundamental - ciclo I; 4) Construção das pautas da formação de professores a ser realizada nas escolas pelos SAAIS e definição de cronograma e carga horária; 5) Aplicação do referencial de avaliação nas escolas, sob supervisão dos SAAIS e PAAIS; 6) Sistematização dos dados e registros realizados pelos professores nas escolas: tabulação e organização dos dados gerais por ano escolar e por escola; 7) Análise do processo de avaliação e do rendimento curricular em Língua Portuguesa, dos alunos com deficiência intelectual, no decorrer do 1º e 2º semestres do ano.

No que se refere especificamente ao curso de formação, a equipe de multiplicadores apresentou a seguinte avaliação:

Em relação à estrutura do curso	OTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
Carga horária	69	29	2	0
Material apresentado	96	4	0	0

Tabela 3: Apreciação sobre a estrutura do curso – Dados em porcentagem

Com podemos observar, 98% dos professores consideraram que a carga horária estava adequada, embora 2% considerou

2 - Foram escolhidos para participarem do projeto, os professores itinerantes, designados como Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – PAAI, vinculados ao Centro de Formação e Apoio à Inclusão – CEFAl, os professores regentes das Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – SAAIS, assim como a equipe da Diretoria de Orientações Técnicas – Educação Especial – DOT-EE.

regular e apontou a necessidade de ampliação, para continuidade do processo de discussão sobre o tema, visto a sua complexidade. Em relação ao material, quando perguntados, 96% dos professores o consideraram ótimo e 4% bom, o que aponta uma aceitabilidade bastante importante da categoria docente. No que se refere ao conteúdo do curso:

Em relação aos conteúdos do curso	SIM	NÃO	EM PARTE
Expectativas correspondidas	97	3	0
Dificuldades de compreensão	6	90	4
Aplicação do conhecimento em sala de aula	98	0	2

Tabela 4: Apreciação sobre o conteúdo do curso - Dados em porcentagem

Os professores apontam que suas expectativas foram correspondidas, no que se refere aos conteúdos do curso e 90% aponta não ter tido dificuldade para sua compreensão, embora 10% apontem dificuldades parciais (4%) ou em todo o conteúdo (6%), apesar de em seus comentários esclarecerem que as dificuldades se referem à complexidade do tema e do próprio material. Também apresentaram alguns comentários de ordem qualitativa, que enfocavam os seguintes pontos: 1) a dinâmica do curso; 2) o conhecimento do capacitador sobre o assunto abordado; 3) a correspondência do conteúdo com a necessidade da prática escolar; 4) o esclarecimento conceitual, principalmente sobre educação inclusiva e deficiência intelectual; 5) a possibilidade de encontro e diálogo entre a equipe e. 6) a objetividade do encontro.

Em relação às atividades on-line, foram realizadas as seguintes ações: 1) Acompanhamento da preparação e execução da formação dos professores, a ser realizada pelos SAAIS

nas escolas: discussão e revisão das pautas de formação, relatório de cada formação ocorrida, análise das dificuldades, compartilhamento de experiências; 2) Acompanhamento da aplicação RAADI: discussão e análise do processo de avaliação e dos procedimentos realizados pelas escolas, dificuldades enfrentadas pelos professores, análise do envolvimento da gestão de cada escola, compartilhamento de experiências; 3) Recebimento das planilhas de aplicação: por ano e por escola e; 4) Plantão de dúvidas: a coordenadora mantinha-se à disposição em datas previamente agendadas para atendimento a equipe para e esclarecimento de suas dúvidas e monitoramento de suas dificuldades.

Em relação às **dificuldades** encontradas no decorrer de todo o processo de formação e aplicação do RAADI na escola, durante a assessoria pedagógica, a equipe de multiplicadores apontou vários aspectos a serem analisados: 1) Dificuldades com os professores novos que chegam à escola, com as licenças médicas e com a mobilidade de professores na escola; 2) O acompanhamento de toda a aplicação do Referencial de Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual ficou sob responsabilidade dos professores regentes das Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – SAAI – e a escola ainda não incorporou o processo de avaliação do aluno com deficiência intelectual como parte integrante de toda a avaliação de desempenho da escola, do professor comum e não apenas do professor especialista; 3) Como decorrência, necessidade de melhor definição do papel do Coordenador Pedagógico frente ao RAADI, uma vez que esse é o instrumento de avaliação na área da deficiência intelectual; 5) Necessidade de TODO o professor do Ensino Fundamental I receber um exemplar do RAADI; 6) Dificuldades com algumas posturas de professores, mesmo sendo a minoria, alguns ou se negam a utilizar o RAADI, reduzindo todo o processo de avaliação a um preenchimento de planilha de dados.

Como podemos observar é, realmente, bastante difícil o processo de formação na escola e a instituição de uma nova lógica escolar, na qual o aluno com deficiência intelectual possa ser percebido como um aluno da escola, responsabilidade do professor comum, do coordenador pedagógico e não apenas

do professor especialista. É preciso desconstruir o imaginário pedagógico presente na escola, impondo uma nova forma de integrar este aluno ao cotidiano da escola, portanto, considerar também a avaliação de sua trajetória escolar, mesmo que com a utilização de um referencial específico.

A equipe de multiplicadores também avaliou a aplicação do RAADI nas escolas e apontam o que se segue: 1) houve melhora significativa do acolhimento do instrumento pelos professores do Ciclo I; 2) Atualmente tem se tornado nítido na escola que o RAADI não é encarado como um “preenchimento” de papel, mas tem se caracterizado como um instrumento de trabalho para o professor; 3) O professor se torna mais criterioso na análise dos indicadores de avaliação; 4) O professor relaciona o RAADI com as expectativas e procura colocar o referencial em prática como instrumento de avaliação e orientador da prática pedagógica; 5) Aproveitamento das reuniões coletivas da escola para orientações ou discussão sobre o RAADI e momento de esclarecer dúvidas dos professores; 6) Tem se caracterizado como um bom instrumento de avaliação e tem colaborado no planejamento pedagógico do professor; 7) Tem sido apontado pelos professores com um instrumento estimulador da reflexão da prática pedagógica frente aos alunos com deficiência intelectual e também em relação aos outros alunos, uma vez que detalha as expectativas curriculares; 8) O RAADI acrescentou muito na discussão pedagógica da escola e no aprofundamento da discussão sobre currículo e práticas inclusivas; 9) O RAADI traz a ideia de direção e parceria no trabalho com os alunos na área da deficiência intelectual, colabora no olhar do processo de aprendizagem destes alunos; 10) Aliviou, ao menos em parte, o sofrimento do professor, uma vez que orienta o processo de avaliação e planejamento; 11) Trouxe melhoras inclusive para os professores regentes das Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI) na elaboração dos relatórios descritivos dos alunos da área da deficiência intelectual, uma vez que possibilita revelar competências e possibilidades de foram detalhada, caracterizando-se como um instrumento facilitador e; 12) O

RAADI tem sido incorporado como um instrumento de avaliação na área da deficiência intelectual. (OLIVEIRA, 2011)

Os relatos apresentam a situação vivenciada pelas escolas e as dificuldades ainda presentes no sistema educacional brasileiro, frente à precariedade econômica de algumas regiões que dificultam as relações familiares e escolares. Os SAAIS e PAAIS – especialistas em educação especial - exercem um papel importante na escola, e a formação para o uso do RAAI permitiu o debate e discussão sobre vários e extensos problemas da educação brasileira, mas, o mais importante, é que se inicia um processo em que a discussão sobre a educação de alunos com deficiência intelectual, sai do âmbito da especificidade da área, para análises mais ampliadas sobre a implicação de sua presença na sala de aula e, ao menos tempo que se discute modificações gerais sobre metodologias de ensino, beneficiadoras para todo os alunos (como número de alunos em sala de aula, metodologias ativas, aprendizagem colaborativa, significação do conhecimento), não se deixa de considerar as particularidades da deficiência intelectual e possibilitar sua avaliação através de indicadores específicos que possam ser sensíveis à sua forma particular de aprender.

Sobre a condição dos alunos em Língua Portuguesa

A seguir apresentaremos dados preliminares da análise relativa à aprendizagem do aluno com deficiência intelectual na área da Língua Portuguesa e focaremos os componentes de leitura e escrita. Os dados apresentados referem-se à avaliação do 1º semestre de 2009³. Foram avaliados 1.174 alunos, distribuídos entre os 2º e 5º anos do Ensino Fundamental – Ciclo I, sendo 19% do 2º ano, 22% do 3º, 23% do 4º e 36% do 5º ano, onde há maior incidência de alunos (36%), o que demonstra a evolução da trajetória escolar de alunos com deficiência intelectual e, por outro lado, pode sugerir que os mesmos permanecem neste ano escolar por mais tempo, embora os dados, neste momento, ainda não permitam realizar esta afirmação.

3 - Vale ressaltar a continuidade da utilização do RAADI, sendo que, no momento, já contamos com dados de quatro avaliações, dos 1º e 2º semestres de 2009 e 2010, que ainda estão em análise e já foram envolvidas 342 escolas e 2322 alunos.

Das avaliações realizadas, 31% dos alunos são do gênero feminino e 69% do gênero masculino, em todos os anos avaliados observa-se uma frequência maior de meninos do que de meninas identificados com deficiência intelectual. Souza e Prieto (2001) em seus estudos na rede municipal de São Paulo também encontraram maior incidência de meninos do que meninas nos serviços de educação especial, embora comentem a necessidade de outras pesquisas que possam ou não nos levar a confirmar esta inferência, argumentam que

Descartado o pressuposto de que há maior incidência de deficiência mental entre meninos, uma possível inferência a partir deste dado seria a de que os meninos, mais que as meninas, reagem às normas e regras vigentes no contexto escolar, sendo interpretados os comportamentos *não adaptados* como *problemas do aluno*, que se refletem no desempenho escolar. (p.106)

Em relação aos indicadores de aprendizagem da leitura e da escrita, foram avaliados os referentes do RAADI considerando-se diferentes possibilidades de aprendizagem, seguindo as seguintes categorias de avaliação: realiza satisfatoriamente (RS); realiza parcialmente (RP); realiza com ajuda (CA) e não realiza (NR). Em relação aos indicadores de leitura e escrita de realização satisfatória, ou seja, quando o aluno realiza integralmente a expectativa destes componentes, encontramos a seguinte situação:

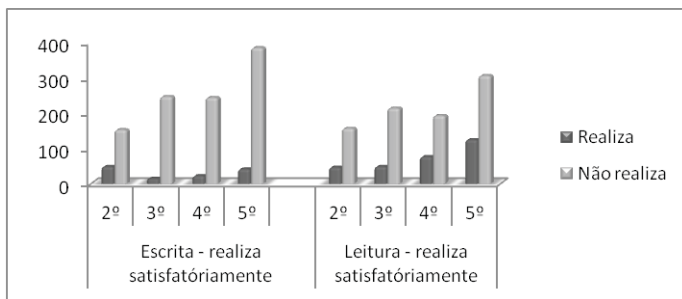


Figura 2: componentes de escrita e leitura realizados satisfatoriamente

Os professores, em suas avaliações, também indicam a situação de realização parcial dos componentes de escrita e leitura. Vejamos:

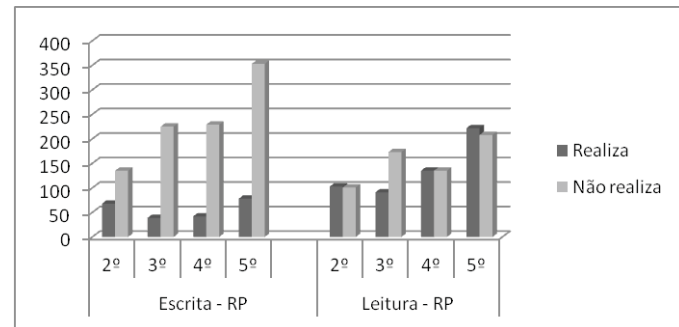


Figura 3: componentes de escrita e leitura realizados parcialmente

Podemos observar, pelos dados apresentados, que o aluno com deficiência intelectual de todos os anos escolares, possuem melhor desempenho em leitura, do que em escrita e melhor desempenho parcial, do que satisfatório. Valentim (2011), em pesquisa utilizando também o RAADI, numa cidade do interior paulista e com menor número de alunos, também encontra melhores condições dos alunos em leitura do que em escrita.

Oliveira (2010), ao discutir a questão da escrita em alunos com Síndrome de Down, chama a atenção sobre os diferentes fatores que influenciam o processo da constituição da escrita, desde fatores inerentes à deficiência intelectual até a forma como este componente é apresentado na escola.

Outro ponto importante, que merece destaque, e foi observado nos dados desta pesquisa, é que os índices de aprendizagem, tanto da leitura quanto da escrita, melhoram quando é exercida uma aprendizagem colaborativa, ou seja, quando os alunos com deficiência intelectual recebem colaboração de um colega mais experiente ou do professor para a realização da atividade.

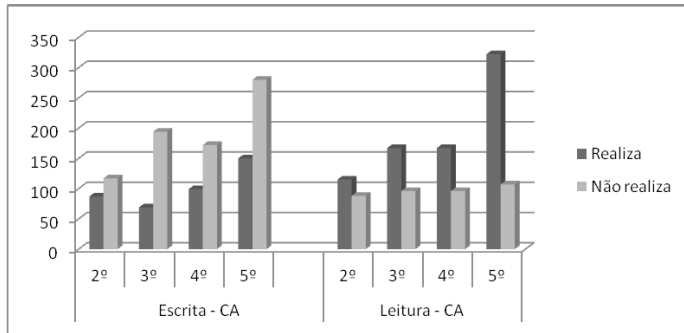


Figura 4: componentes de escrita e leitura realizados com ajuda

Como podemos observar na figura, o nível de apoio exercido pela escola para que o aluno com deficiência intelectual obtenha melhor desempenho parece ser aspecto da maior importância, uma vez que, no caso da leitura, os indicadores de realização das expectativas de aprendizagem superam os da não realização, apontando um fator que deve ser analisado com especial atenção pelas escolas, uma vez que podemos melhorar ou potencializar a condição de aprendizagem na área da deficiência intelectual. Os dados também indicam que há uma melhora nos indicadores de leitura e escrita no 5º ano do Ensino Fundamental – ciclo I, demonstrando que o aluno não apenas está cumprindo sua trajetória escolar, como também melhora seu desempenho nos componentes da Língua Portuguesa, principalmente na área da leitura, uma vez que das 322 de 430 indicações de expectativas avaliadas, correspondendo a 75% do total, há indícios de realização com ajuda das propostas curriculares do 5º ano na área de leitura.

Porém, ainda os dados são preocupantes quando analisamos os componentes que não realiza nas áreas da escrita e da leitura, como veremos a seguir:

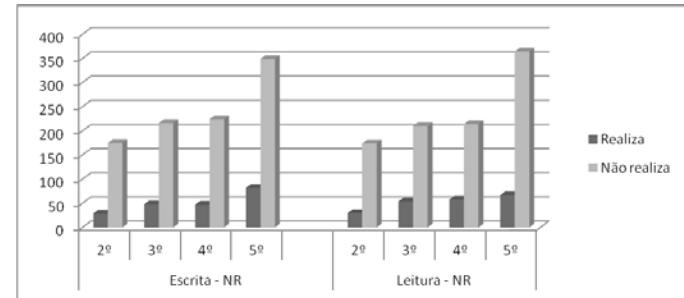


Figura 5: componentes de escrita e leitura avaliados como não-realiza

Este é o ponto mais crítico de todo o processo de avaliação. O fato de que há, ainda, muitos componentes da leitura e da escrita que este aluno não tem realizado, nem mesmo com ajuda. No entanto, não podemos fazer uma correspondência direta entre o não realizar e a deficiência intelectual, uma vez que diversos são os fatores que levam às dificuldades na aprendizagem, seja de alunos com deficientes ou comuns, portanto, não se pode desconsiderar os desencontros da escola brasileira para garantir a todos sua plena aprendizagem, seja pelas condições desfavoráveis do ensino e do trabalho escolar, seja pela pouca experiência com a deficiência intelectual nos sistemas comuns de ensino.

Algumas considerações

Avaliar de forma processual ainda é um grande desafio para escola brasileira e o mesmo pudemos observar em relação ao aluno com deficiência intelectual. Além disto, o processo de inclusão traz implicações para a constituição do espaço escolar, exigindo modificações significativas nos processos de ensino em todos os seus âmbitos, do político ao pedagógico.

Neste texto tentamos demonstrar a complexidade e, ao mesmo tempo, a favorabilidade da presença deste aluno no contorno escolar, mas não minimizamos as dificuldades e particularidades de seu processo, o que pode ser verificado através das diferentes ações empreendidas para análise de seu potencial de aprendizagem que vão desde as providências

políticas e administrativas, na construção de materiais e referenciais específicos, na organização da formação continuada e permanente de seus professores; às providências pedagógicas e cotidianas da escola, onde o professor especialista exerce um significativo papel de formador e de suporte para o trabalho qualificado na classe comum, permitindo ao aluno com deficiência intelectual que, da mesma forma que os outros, tenha o acompanhamento de seu processo de aprendizagem e que a escola possa exercer uma análise de suas condições diante do currículo escolar e que, ao conhecê-las, ofereça-lhes o apoio necessária para que também, assim como os outros, possa ter sucesso em sua trajetória escolar, mesmo que siga passos diferentes dos outros alunos.

Referências

- AAMR - American Association on Mental Retardation. *Retardo Mental*: definição, classificação e sistemas de apoio. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ANACHE, A. A.; MARTINEZ, A. M. O sujeito com deficiência mental: processos de aprendizagem na perspectiva histórico-cultural. In: JESUS, D. M. et al. (Org.). *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 43-53.
- CARVALHO, E.N.S. e MACIEL, D.M.M.A. Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation – AAMR: sistema 2002. *Temas em Psicologia da SBP* – 2003, vol. 11, n. 2, 147-156.
- GONZÁLEZ, J.A.T. *Educação e diversidade*: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: ArtMed, 2002.
- HOFFMANN, J. *Avaliar para promover*: as setas do caminho. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- OLIVEIRA, A. A. S. Representações Sociais sobre Educação Especial e Deficiência: o ponto de vista de alunos deficientes e professores especializados. Marília, 2002, 325 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- OLIVEIRA, A. A. S. Estratégias para o ensino inclusivo na área da deficiência intelectual: alguns apontamentos. In: MARQUEZINE, M. C.; MANZINI, E. J.; BUSTO, R. M.; TANAKA, E. D. O.; FUJISAWA, D. S. *Políticas públicas e formação de recursos humanos em educação especial*. Londrina: ABPEE, 2009.
- OLIVEIRA, A. A. S. Notas sobre a apropriação da escrita por crianças com Síndrome de Down. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 36, p. 337 - 359, mai./ago. 2010b. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/15.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2011.
- OLIVEIRA, A. A. S. Aprendizagem escolar e Deficiência Intelectual: a questão da avaliação curricular. In: PLETSCHE, M. D. & DAMASCENO, A. (Orgs.). *Educação Especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico desde a Educação Infantil até o Ensino Superior*. Editora Edur, Rio de Janeiro, 2011.
- SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual*. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008
- SOUSA, S.M.Z. L.; PRIETO, R. G. Atendimento Educacional aos portadores de deficiência mental na rede municipal de São Paulo: caracterização e análise das SAPNES. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.7, n.1, 2001.
- VALENTIM, F. O. D. *Inclusão de alunos com deficiência intelectual*: considerações sobre avaliação da aprendizagem escolar. 2011. 132 f. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2011.